

Como a doença das farmácias afeta a saúde das pessoas

José M. Silva Furtado
Farmacêutico

Um grupo de pessoas, cuja dimensão é estendida na noite pela sombra provocada pela iluminação pública, espalha-se pelo passeio: umas encostadas à parede, outras sentadas no lancil ou em cadeiras que trouxeram de casa. Quando, já dia, um homem abre uma porta, toda a gente para lá se precipita, acotovelando-se numa algazarra em língua estranha. Dificilmente o homem impõe a calma com a autoridade que a sua bata branca lhe concede.

Trata-se de um sonho causado pelas imagens reais que, pela televisão, nos tinham entrado em casa, vindas da Grécia, captadas em farmácias “à beira do colapso”, sem medicamentos nem previsões para a sua receção, com filas de pessoas ansiosas pela obtenção do remédio de que, em muitos casos, pode depender a vida.

Embora ninguém possa ficar indiferente a notícias destas, que nos apertam o coração, a distância costuma amolecer-nos a dor e a indignação. É na Grécia, não é connosco. Mas será que estamos assim tão distantes?

A Grécia e Portugal, países do sul da Europa, parceiros da mesma união e com a mesma moeda, estão ambos sob um programa de resgate financeiro dirigido pela troika. Tem-se afirmado que a nossa crise interna não tem os contornos graves da grega, que a nossa recuperação será mais fácil. Mas o número dos céuticos tem vindo a aumentar face aos resultados negativos atingidos

pelas medidas governamentais, impostas ou não pelos credores. E em Portugal os doentes e as farmácias já há algum tempo que têm vindo a sentir dificuldade na obtenção de muitos medicamentos.

As farmácias portuguesas, que eram consideradas das melhores do mundo, desde 2005 que têm sido alvo de alterações legislativas que minam a sua sustentabilidade. Após uma campanha orquestrada nos órgãos de comunicação social contra o alegado monopólio das farmácias, como se na altura cada uma delas não fosse, por força da lei, propriedade de um único farmacêutico, foi liberalizada a propriedade (para permitir concentrações em grupos) e autorizada a venda de medicamentos não sujeitos a receita médica fora destas farmácias.

Seguiram-se reduções sucessivas nos preços dos medicamentos que, além de terem feito descer a parte a pagar pelos utentes (nem sempre, nos casos em que a participação do Estado diminuiu), foram responsáveis por uma quebra acentuada no lucro das farmácias. Quebra essa que foi agravada com a redução das margens de comercialização, que já eram as mais baixas da Europa. Para já não se falar dos prejuízos causados com a fixação do prazo (normalmente 1 mês após a compra) para escoamento dos medicamentos que sofriam abaixamento de preço. Como se a comercialização de medicamentos fosse como de outra mercadoria qualquer, como se não dependesse apenas da necessidade e vontade de terceiros, de receita médica.

Esta situação levou a que fre-

quentemente as farmácias tivessem de dispensar produtos por preços inferiores aos de compra. Por outras palavras, fossem obrigadas pelo próprio Estado a praticarem *dumping*, uma prática ilegal em todo o tipo de comércio. Diminuindo consideravelmente as receitas, face a despesas idênticas para manterem a qualidade do serviço que prestam às populações, seria previsível que as farmácias passassem a ter prejuízo. Isso está sobejamente confirmado por estudos independentes como o da Nova School of Business and Economics (SBE), sobre o “Impacto das medidas da política do medicamento no último ano na perspectiva do País e na perspectiva das Farmácias”, conduzido pelo Prof. Pedro Pita Barros, de Julho de 2012. Este estudo conclui que “as farmácias não têm condições de sobrevivência nas presentes condições”.

Os próprios responsáveis do Ministério da Saúde reconhecem que se foi longe de mais nas medidas implementadas, tendo o Estado poupado em medicamentos nas farmácias (603 milhões desde 2010) muito para além do que a Autoridade da Concorrência tinha afirmado ser suportável pelas farmácias e ultrapassado em muito os cortes preconizados pela troika para o setor do ambulatório.

Os efeitos já estão à vista: falta de medicamentos, quer pela carência financeira das farmácias e dos armazenistas, quer pela exportação paralela dos medicamentos que em Portugal atingiram preços muito

mais baratos que noutros países. Outra consequência é o previsível encerramento de 600 farmácias já em 2013, a partir da confirmação da sua inviabilidade económica. Está, pois, em risco a cobertura medicamentosa às populações de todo o território nacional. Por isso foi lançada uma campanha de sensibilização com a designação “Farmácia de Luto” que inclui uma petição pública disponibilizada ao

balcão das farmácias ou através de www.farmaciadeluto.pt.

Como se vê, não é assim tão grande a distância entre a Grécia e Portugal.

Apesar de atualmente assentar quase exclusivamente em percentagens sobre o preço, acreditamos que existem outras formas de, no interesse público, dar sustentabilidade às farmácias sem sobrecarregar o bolso dos utentes. □

Esta cruz que carrego

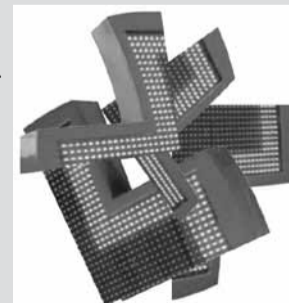
Já vai o tempo em que os leds me traziam alegria, me pintavam de esperança o verde no cumprir dos dias, quais vitaminas contra as debilidades provocadas pelos governos no meu corpo, no meu funcionamento. Mas com ataques tão virulentos, tão bem e mal estudados, para os quais não há medicamentos, foram-me minando a estrutura e aumentando-me os cuidados. Agarrada à vida, que é por ela que trabalho, espero que morra o vírus, a peçonha criatura, talvez a única coisa que me valha nesta dolorosa e calvária aflição, se não houver quem me ajude, me dê a mão, quem me veja o penar, não seja cego, e me alivie da pesada cruz que carrego.



José Manuel Furtado
outubro 2011

A cruz partiu-se

Antes, antes foi *esta cruz que carrego*, poema-grito da farmácia doente a quem decide e governa pela gente, grito como o de Cristo ao sentir o prego furar-lhe o corpo, no cume do calvário. Vê na farmácia uma religião quem se lhe dedica de alma e coração: tem-na como um verdadeiro santuário, que – ironia! – até tem de símbolo a cruz. Para que dela deixe de irradiar luz, a saúde viva da população, vieram alguns Caifás e outros Pilatos condenarem-na por lapidação. Tantas pedras lhe foram jogadas que a cruz, de tão frágil, se partiu. Defunta e falida, sofre um apagão, a cumprir desígnios de forças veladas. Só que quem deve ver ainda não viu os cacos de vidro espalhados no chão, com que as pessoas vão sair magoadas.



José Manuel Furtado
setembro 2012

